

João Martins Pereira, *Sistemas Económicos e Consciência Social — Para uma teoria do socialismo como sistema global*, Oeiras, Instituto Gulbenkian de Ciência, Centro de Estudos de Economia Agrária, 1980.

Procurar reflectir sobre um «objecto (social) que realmente ainda não existe» — o socialismo — enfrentando (e rejeitando) o «argumento da utopia», mas fazê-lo oferecendo-nos, simultaneamente, uma «viagem» teórica e analítica de rara profundidade, nomeadamente no campo da teoria económica: eis a síntese que João Martins Pereira consegue no seu último trabalho.

Nesta nota procurarei chamar a atenção para este trabalho que, tal como os anteriores deste autor, me parece de grande importância no panorama intelectual português. A riqueza do seu conteúdo sugeriu-me uma atitude que opta mais por dar relevância a alguns dos assuntos abordados do que propriamente por uma discussão exaustiva ou pelo acentuar do seu enquadramento teórico.

Este livro é, antes de tudo, uma obra sobre o socialismo e a problemática da transição. É este, de resto, o objectivo da investigação de que ele é resultado, feita no âmbito do Centro de Estudos de Economia Agrária da Fundação Calouste Gulbenkian. Seria pois atraíçoar as intenções do autor não realçar esta temática central, «global». Mas, para isto, é relevante a análise feita sobre a teoria económica — a do capitalismo e a do socialismo — numa perspectiva em que o «sistema económico» não é autónomo, isto é, em que o discurso sobre o económico serve para chegar à discussão do socialismo.

A questão do socialismo e a questão da teoria económica são, aliás, temáticas que JMP já tratou em obras anteriores (sobre esta, cf *Indústria, Ideologia e Quotidiano*, Porto, Afrontamento, 1974; sobre a primeira cf *O socialismo, a Transição e o Caso Português*, Lisboa, Bertrand, 1976).

Parece-me poder afirmar que JMP é, no nosso país, quase a única voz naquilo a que chamaria aqui o terreno de uma

epistemologia da economia. A reflexão sobre o conhecimento (e o não-conhecimento) produzido pela ciência económica do capitalismo, a qual constitui um dos três ensaios do livro, revela-se-nos como uma contribuição muito significativa. Daí sublinharia dois aspectos: por um lado, a opção, retomada pelo autor, de pensar um projecto que é do futuro — o socialismo — a partir da própria realidade que lhe é anterior e da produção teórica que lhe subjaz; por outro, as potencialidades das propostas que JMP nos faz através do modo como analisa a teoria económica do capitalismo, num país onde a economia é mais vezes entendida como ciência «natural» do que como ciência social que é e onde as perspectivas críticas sobre esta área da produção científica se confinam, a maior parte das vezes, às cadeiras introdutórias dos primeiros anos dos *curricula* académicos para, enfim, serem omitidas nas práticas profissionais.

É, aliás, ao partir da consideração da «especificidade global das chamadas ciências humanas» (pag. 16) — a natureza idêntica do sujeito e do objecto — e da circunstância «inevitável» de o «actor social», o agente económico, serem «indivíduos dotados de razão e de imaginação que actuam (...) dentro de quadros colectivos que interessa conhecer (...) mas com uma margem de iniciativa insusceptível de suportar o rigor de enunciados da física» (pag. 17), que JMP vai discutir o «valor científico» do conhecimento económico. Na ambição de se definir como ciência positiva, a ciência económica dominante omite, desde logo, um passo essencial para assumir coerentemente tal qualificativo — a *verificação* das explicações e, muitas vezes, das normas que propõe. Assim sendo, resta-lhe sonhar com a «possibilidade de um dia vir a adquirir a capacidade de *isolar* os fenómenos económicos, as variáveis económicas, e a partir daí se poder tratar 'um sistema económico' como se fosse um sistema termodinâmico ou um sistema biológico» (pag. 30).

No centro desta «fuga» à realidade está, na análise do autor, a teoria do equilíbrio geral, modelo inspirador da intervenção de «certos organismos internacionais» que, por se fundar em «audaciosas hipóteses sobre os 'processos inextricáveis e largamente desconhecidos' do comportamento micro-económico» (pág. 84), ousa pensar que é «possível 'induzir' nos agentes económicos os comportamentos optimizantes que a teoria exige» (pag. 85). Os desenvolvimentos, mais recentes, da programação linear confeririam os meios para imprimir «racionalidade» ao sistema.

Mas, se a teoria económica do capitalismo é assim, como é a «teoria económica do socialismo», ou da «transição» para

o socialismo? A conclusão que me parece central em JMP é exactamente que, tal como para o capitalismo, também para o socialismo estamos desprovidos de uma teoria.

E isto, basicamente, por duas razões, uma essencialmente positiva outra altamente negativa.

A primeira resulta de que o grande contributo para a questão do socialismo e da transição releva do debate dos anos 20 na União Soviética, debate que, pela sua globalidade e complexidade, não pode ser reduzido ao económico, descartando-o do «contexto político-social-cultural» que o enformava. Este debate foi a própria antecipação da multidisciplinaridade que, hoje em dia, se torna caminho a percorrer.

A segunda razão reside na própria «evolução» da teoria económica nos regimes de Leste, cujo corolário mais significativo é representado pela Hungria com o seu Novo Mecanismo Económico, que, no fundo, significa o retorno à teoria do equilíbrio geral.

O debate dos anos 20 na URSS, mais do que a procura «laboratorial» de uma «teoria económica do socialismo» ou das suas «leis fundamentais» foi, essencialmente, um combate fundado numa *prática* de transformação, por uma visão global da sociedade em construção.

Como se sabe, os actores centrais deste debate foram Preobrajensky e Bukarine e, da sua polémica, podem retirar-se duas grandes questões: a da inserção dos camponeses na nova sociedade e a da planificação.

Em discussão estava, afinal, a questão da prioridade a dar à agricultura ou à indústria (para Preobrajensky o sector privado agrícola seria a base de uma acumulação que, através de uma troca de não-equivalentes em favor do sector socialista e industrial tornaria este no *motor* da economia socialista; para Bukarine o campo é a «galinha dos ovos de ouro» da nova economia, devendo constituir-se, portanto, em motor do desenvolvimento mesmo que à custa do enriquecimento da burguesia agrária — os Kulaks).

Relevando da questão da planificação estava também em discussão a própria natureza dos «reguladores» económicos na economia socialista — para Bukarine a lei do valor é «um factor indispensável de equilíbrio social sob todas as formas históricas por mais variadas que sejam» (citado na pag. 136); para Preobrajensky a economia de transição conhece dois reguladores: a lei do valor (relações de mercado) e a lei da acumulação socialista primitiva.

Por sua vez, a análise do que tem sido o sistema de planificação central nos países de Leste, a sua discussão e as suas reformas permite-nos concluir que, no seu cerne, tem estado,

como sintoma relevante, a ausência de uma componente fundamental — a participação política e social dos próprios destinatários do projecto socialista. Ou porque na sua fase inicial era determinante a ideia de que «os ritmos decidem tudo» e os próprios «estímulos morais» eram burocraticamente decididos «de cima»; ou porque, mais tarde, para os «reformadores» dos anos 60, os indivíduos foram *uniformizados* sob a categoria de meros «agentes económicos» e os intervenientes no debate para a construção dos novos modelos se assumiram deliberadamente como cientistas «do económico», subsistiu, afinal, a mesma resultante — a componente técnico-burocrática sobrepõe-se aos (supostos) sujeitos da transformação socialista.

Será por isto, aliás, que, para os reformadores, as distorções do modelo foram atribuídas quase exclusivamente ao *sistema de preços e incentivos* (pag. 160), centrando-se assim o debate em termos essencialmente económicos.

Daí que a conclusão (quer para o «socialismo de mercado» húngaro, quer para o de decisão central) seja que «os preços deveriam ser calculados de tal forma que, orientando-se por eles com o objectivo de realizar o *lucro máximo*, os directores de empresas fossem indirectamente levados a tomar decisões consistentes com os objectivos do planificador» (pag. 168).

Eis-nos, assim, regressados ao «velho sonho da teoria do equilíbrio geral, segundo o qual o comportamento maximizador do lucro por parte das empresas é condição para a obtenção do máximo de utilidade colectiva» (pag. 169). Aqui, fica reservado um papel central para os economistas matemáticos — agentes privilegiados da ideia da «convergência» dos sistemas — cabendo-lhe exactamente a simulação matemática do sistema de preços que «se estabeleceria [num] mercado livre, preços que reflectirão simultaneamente quer a escassez relativa dos recursos, quer as pressões da procura dos consumidores» (pag. 169).

Eis-nos, ainda, convertidos ao mercado livre, desembaraçados já das implicações globais que resultam de pensar a economia em referência a um projecto de sociedade que, por sua vez, reconhece nos indivíduos e nas classes sociais os agentes da própria transformação.

Neste particular, todavia, JMP faz-nos saber que, para além da aguda crítica que acabámos de referir, está a sua convicção de que não há uma implicação necessária entre o funcionamento burocrático-administrativo da economia e o modelo de planificação central (pag. 153) e que reconhece num modelo deste tipo «imensas potencialidades» desde que

«combinado com uma consciência social desenvolvida através de mecanismos de participação colectiva na fixação dos objectivos e na efectivação de tarefas cujo sentido fosse compreendido e assumido por todos como um imperativo natural» (pag. 166).

Se bem que JMP logo adiante que «aqui nos situamos já ao nível do sistema político e, uma vez mais, nos defrontamos com a impossibilidade de isolar *um* sistema dos outros sistemas de relações que integram a realidade social» (pag. 166), colocam-se-me algumas interrogações relativamente a esta questão. Efectivamente, a íntima relação entre o «modelo económico» e o «modelo político» dos regimes de Leste bem como a patente cristalização das suas características mais marcantes e a «independência» das «reformas económicas» e das «reformas políticas», faz-me pensar que não é a «adição» da participação — da autogestão — que globaliza um novo modelo. Parece-me, aliás, que o próprio conceito de *consciência social*, central nesta obra, nos conduz exactamente a entendê-lo como fulcro de uma maneira distinta de pensar (e construir) a sociedade socialista. É claro que certas características do antigo modelo — desde logo a decisão central — são aí necessárias; mas sê-lo-ão no interior do *novo* modelo.

As grandes componentes desse modelo clarificam-nos, ainda mais, a síntese dos três ensaios deste livro — «o 'sistema socialista' (como o 'sistema capitalista') não pode ser de nenhum modo identificado em termos de 'sistema económico'». A ausência desta perspectiva nos dois «sistemas», tem conduzido a que a «teoria dos sistemas» seja, a nível teórico, o lugar da convergência do capitalismo e do socialismo — colocando-nos apenas no plano dos sistemas *económicos*, teremos dificuldade em fugir à lógica da teoria dos sistemas, segundo a qual cada sistema é apenas um ponto num espaço a n dimensões, definido pelos valores dos n parâmetros característicos desse mesmo espaço». O projecto socialista será, enfim, «o resultado de um trabalho multidisciplinar aprofundado», já que se trata de um projecto de sociedade «global» (pag. 238).

Dir-se-á, e é verdade, que esta perspectiva (correcta) não é propriamente uma inovação. Penso, pela minha parte, que o aspecto que merece exactamente ser realçado é o que resulta do «diálogo» que, com este objectivo, o autor trava com a «ciência económica» — uma visão global transforma os próprios economistas, que serão «tanto mais 'cientistas' quanto menos 'economistas'» forem (pag. 111).

Esta análise é complementada pela discussão das teses de Guevara, Rudolf Bahro e da escola de Budapeste (Maria Markus, Andras Hegedüs, Agnes Heller).

Ao colocar a questão do socialismo nos termos em que o faz — o socialismo como *projecto* global só possível de ser entendido em termos multidisciplinares onde as práticas nunca são puramente económicas e onde a *consciência social* (conceito que coloca basicamente a questão cultural) deve ser o factor integrador do bloco social interessado no socialismo — JMP situa-se num terreno que importa vivamente aprofundar.

Creio, aliás, que neste campo o seu contributo valioso já não será, apesar do quase silêncio que caracteriza a discussão séria do socialismo no nosso país, uma voz isolada. O colectivo desta revista (ver, no número anterior, o artigo de Boaventura de Sousa Santos — *A Questão do Socialismo* e, neste número, a notícia do 2.º Seminário de Quintela) sente-se empenhado nesta discussão e não queremos deixar de sublinhar aqui algumas linhas mestras que têm sido privilegiadas e que se prendem quer com a raiz cultural do *projecto* alternativo quer com os *meios* de pensar o presente.

A identificação do «ponto de partida» é uma preocupação importante para quem aspira a definir um *projecto* socialista. A convergência que JMP assinala entre algumas perspectivas teóricas (entre as teorias económicas, por ex.) bem como a caracterização do capitalismo e do socialismo «realmente existente» acha no artigo de Boaventura de Sousa Santos acima referido uma preocupação idêntica: «a ambos os modelos subjaz a mesma matriz de desenvolvimento (...) e a análise da estrutura profunda das sociedades representativas de ambos os modelos mostra que essa matriz se encontra em crise» (RCCS n.º 6, pag. 160). Essa matriz comum designa-a BSS «paradigma do progresso».

A construção do paradigma alternativo — o «paradigma da sobrevivência alargada» — não é uma tarefa finalizada pela tomada do poder, isto é, pensar o socialismo não é pensar o assalto ao «palácio de Inverno». Ao poder socialista cabe como principal tarefa a transformação do próprio poder.

Finalmente, importa não omitir o claro compromisso teórico que, em vista deste *vazio* (a ausência de uma teoria do socialismo revela a sua fase pré-paradigmática) uma concepção global das sociedades deve fazer com a metodologia marxista — lugar próprio do pensamento multidisciplinar.

Assumir esta questão é, para ambas as contribuições, um aspecto importante, principalmente quando se trata de colocar no centro das nossas atenções uma sociedade com-

plexa como é a sociedade portuguesa. Uma sociedade «entre-Guevara-e-Bahro», na curiosa caracterização de JMP, por certo para sublinhar o desafio que a «ambiguidade» da sua natureza, simultaneamente periférica e próxima das questões culturais e políticas das sociedades industrializadas, nos propõe.

José Reis

João Bernardo, *O Inimigo Oculto — Ensaio sobre a luta de classes; manifesto anti-ecológico*. Afrontamento, Porto, 1979.

A sociedade contemporânea atravessa uma crise de múltiplos aspectos. Se bem que económica, é-o também de civilização, de valores. As referências do pensamento contemporâneo que serviam de paradigma destruturaram-se. Mas é sobretudo a crise económica, isto é, a crise do capitalismo contemporâneo e a questão ecológica que nos importam aqui. Esta crise evidencia-se nos anos 70 e leva a alterações mais ou menos profundas e a situações de agudeza variável nas políticas económicas e sociais com desigual expressão nas várias partes do mundo.

Para fazer face aos diversos problemas emergem movimentos sociais, cuja acção e estrutura saiem fora dos padrões dos movimentos tradicionais, colocando-os em plano secundário. Por sobre as lutas no campo da produção emergem as lutas no domínio da reprodução social. Energia, ambiente, modo de vida, bem-estar, qualidade de vida são os temas dominantes.

Como ver estas lutas sociais?, estes movimentos sociais? Qual a sua relação com o modo de produção capitalista? Com a estrutura de classes e a luta de classes?

A estes temas e a esta problemática dedica João Bernardo o seu livro *O inimigo oculto*.

Ao tratar de uma panorâmica geral da crise económica contemporânea, da sua génese e da situação das lutas sociais no capitalismo de hoje procura fazê-lo ligando as lutas sociais com os elementos característicos do modo de produção capitalista, englobando a sua obra dois aspectos distintos e interligados: um ensaio sobre a luta de classes e um manifesto anti-ecológico.

Da articulação destas denuncia um inimigo, o *inimigo oculto*, donde aliás o título do livro, e que é no seu entender

o movimento ecológico. Esta formulação é fundamentada pelo autor em pressupostos que procura extrair da leitura da realidade social e económica: a união entre classes levada a cabo pelo movimento ecológico, união que toma carácter novo porque as classes perdem a identidade nesse movimento. Caracteriza esta perda de identidade das classes, em especial da classe operária, por o movimento ecológico não ser do seu ponto de vista, transformador da sociedade, isto é revolucionário, e sim um movimento defensor e legitimador da estagnação económica.

Estes temas encontram-se ao longo de cerca de duas centenas de páginas de um texto aliciante, ao mesmo tempo ensaio e manifesto, para utilizar as referências do autor, que merece uma leitura crítica cuidada.

A obra compõe-se de sete capítulos sendo a maioria dedicados à característica sócio-económica do capitalismo e da sua evolução. Os três primeiros tratam, respectivamente, da estrutura de classes do modo de produção capitalista, das formações económicas e sociais e das oposições e uniões entre classes, os inimigos ocultos. O capítulo seguinte traça a história das lutas sociais no desenvolvimento do capitalismo, para nos capítulos quinto e sexto falar da sociedade da abundância e da sua crise, a «crise de 1974». Por fim, ao analisar os movimentos sociais em especial o movimento ecológico, intitula este último capítulo de «o movimento ecológico é hoje o inimigo oculto».

Da leitura do texto ressaltam pois quatro temas principais: o desenvolvimento do modo de produção capitalista e a estrutura de classes; as crises do capitalismo e as lutas sociais: oposições e alianças que resolveram as crises; a crise da sociedade da abundância; o movimento ecológico como dado novo e aglutinador das lutas sociais.

Vejamos como o autor os articula.

Parte de uma caracterização da estrutura de classes do modo de produção capitalista composta por três classes principais: proletários, burgueses e gestores. A esta caracterização refere-se do seguinte modo: «A oposição do movimento operário ao capitalismo, antagonismo global e inconciliável entre dois modelos de produção e de sociedade, não se resume à luta dos proletários contra os burgueses». Para o autor «os processos de criação e desenvolvimento do proletariado marcam historicamente a ruptura radical do capitalismo relativamente aos modos de produção anteriores» (p. 25). A par do proletariado e da burguesia considera ainda a classe dos gestores «que consubstancia a integração tecnológica entre as unidades de pro-

dução, as condições gerais de produção», desempenhando «funções predominantemente organizacionais». Pelo que «o capitalismo constitui, em suma, desde a sua origem, uma estrutura social com três classes» (39).

Para a fundamentação desta estrutura de classes caracteriza e traça a evolução do modo de produção capitalista. Por um lado no modo de produção capitalista, o que caracteriza as empresas capitalistas «é o facto de se relacionarem sob o ponto de vista tecnológico requerendo ... um certo número de instituições materiais e sociais, sem as quais seria impossível a actividade produtiva». Por outro é «a dimensão do mercado», já que «enquanto no sistema actual o mercado se expandiu até englobar a totalidade das actividades, nos outros modos de produção só uma reduzida fracção da vida económica passava pelo mercado». Salienta ainda que o capitalismo, sendo o primeiro regime de produção sistemática de mercadorias, pressupõe «uma concorrência pelo aumento da produtividade de que resulta uma integração tecnológica estreita das empresas particulares». Correlativa da integração tecnológica, da expansão do mercado e das formas de produção de bens de consumo, a crescente importância da classe dos gestores é uma das facetas importantes da evolução do modo de produção capitalista.

A divisão do trabalho e os desenvolvimentos do proletariado, da burguesia e dos gestores são ilustrados em diversas páginas do capítulo 1, que insere no contexto da evolução do modo de produção. Em seguida, procura definir como se articulam as classes no modo de produção capitalista: oposições de classe e alianças de classes. «Uma visão dos conflitos sociais no capitalismo que se restrinja ao antagonismo entre o proletariado e a burguesia aparece-nos hoje ultrapassada no tempo» (57-8). Esta formulação leva-o a considerar, como vimos, a existência de «uma tripla luta social no capitalismo» (58-9). Esta tripla luta social é-nos apresentada com vários aspectos entre formas de oposições e alianças distintas conforme a situação concreta. No capítulo IV são-nos ilustradas diversas situações que as lutas sociais no desenvolvimento do capitalismo produziram e as formas de alianças e oposições com que se resolveram as crises.

A situação económica depois da crise de 1929, e sobretudo após a segunda guerra mundial, levou ao desenvolvimento de um crescente mercado de bens de consumo duráveis e portanto à produção de bens desse tipo. Esta expansão do mercado permitiu uma reorganização do sistema capitalista dando origem ao que o autor define como *sociedade da abun-*

dância. «A economia dos países industrializados da esfera da influência norte-americana após a 2.^a guerra mundial ...organiza-se ... em torno do que chamarei sistema de expansão do consumo particular». O papel do Estado e dos gestores é fundamental neste processo.

O autor considera seguidamente que «na vigência deste sistema económico o perfil social que lhe dera origem se modificou e se reestruturou aparecendo novos campos de convergências e esboçando-se novas cisões». Em volta do pólo económico do consumo surgem novas organizações e movimentos, com características peculiares distintas das organizações de classe. «No campo do consumo as diferenças residem numa mera questão de graus, enquanto relativamente ao processo de produção as distinções entre as classes não são quantitativas, são radicais e absolutas» (107). Por isso enquanto no plano da produção «classes diferentes procuram unir-se em movimentos comuns devido a projecções distintas dos interesses de cada uma mas nada havia de gradual na sua união-separação», «não são as classes que se fundem no sistema de expansão do consumo particular, são aspectos da prática de indivíduos decorrentes de classes distintas que encontram nas instituições do consumo um campo comum» (107).

Estes aspectos das novas organizações e movimentos mostram que as lutas sociais já não são essencialmente centrados no homem produtor mas no homem consumidor donde a incompreensão do papel transformador destes movimentos. Segundo os ideólogos triunfantes do novo movimento «de agora em diante teríamos o homem consumidor, a humanidade enquanto fusão de interesses» (110), facto que conduz a posicionamentos ideológicos e políticos diversos. Diversas correntes se alinham conservadoras e revolucionárias, «mas o modelo de equilíbrio é o mesmo» (113). Os ideólogos revolucionários falam de «desaparição do movimento operário, da transformação da sociedade pela pressão das «minorias», dos movimentos «marginais». O autor considera que a confusão está em que «um momento histórico não é um movimento histórico» (114), daí que estes movimentos sociais mistifiquem a questão central do modo de produção capitalista e da sua transformação radical, isto é, «as reivindicações dos consumidores são um elemento integrante da evolução do capitalismo» (117). Este simplismo leva-o a afirmar que «os únicos movimentos que podem constituir o eixo de transformação de toda a sociedade são os que *partem* do local de produção como *objectivo* prioritário» ou seja «é o pólo da produção e não o pólo do consumo o elemento decisivo em todos os mecanis-

mos sociais» (119) minimizando as lutas que se processam no campo da reprodução social. A advertência que faz é esclarecedora. Se reivindicar uma melhoria da qualidade dos produtos «é sem dúvida útil», o capitalismo pode absorver estes movimentos, pois «no fundo só há uma única medida útil que o capitalismo nunca pode satisfazer: o fim da exploração» (121), o fim do próprio capitalismo.

O movimento ecológico assume neste tipo de movimentos um lugar de evidência, pela sua importância e expressão na sociedade contemporânea mas também, para o autor, pela sua capacidade «para fundir esquerdas e direitas». Procura analisar o significado, a expressão e a inserção do movimento ecológico no sistema capitalista, análise esta que o leva a considerar o movimento ecológico como o inimigo oculto. Duas séries de razões a isso o conduzem. Por um lado, o facto de os ecológicos conceberem «cada sistema social como um todo organizado e de as contradições fundamentais no mundo contemporâneo serem «as que opõem o sistema económico à natureza» e de se basearem no «mito do esgotamento da natureza». Por outro, o movimento ecológico não é transformador da sociedade capitalista, porque legitima a estagnação, dilui a classe operária em movimentos que os caracterizam como campos de união entre classes, porque não têm em conta o fim da exploração, fundamento do sistema capitalista.

João Bernardo mostra o significado e o papel da classe dos gestores nesta situação de crise. «A dispersão e a falta de coerência da classe dos gestores na presente crise» é um dos aspectos principais que assinala. Polarizam-se em torno de várias orientações, de diversas matizes em relação à transformação da sociedade, sobressaindo as correntes ecológicas «como via inteiramente nova para a reestruturação do capitalismo» (153). Se bem que admita aceitar as lutas ecológicas particulares, o autor considera o movimento ecológico o inimigo oculto. «A minha crítica [diz], não incide sobre reivindicações isoladas, mas sobre a sua organização sistemática numa concepção global da economia e da sociedade». E considera que «sob o ponto de vista meramente ideológico a ecologia se apresenta como uma defesa do restabelecimento do equilíbrio entre as sociedades humanas e o mundo natural» (15). Ora «falar de equilíbrio e de ruptura de equilíbrio entre a sociedade e a natureza é laborar num mito» já que considera que «não há qualquer equilíbrio natural». Por isso, a ecologia, como ideologia, parte de premissas falsas. Refere ainda, por outro lado, que «a relação do homem com os restantes elementos naturais não é uma relação de «exploração»

já que «as sociedades não se têm limitado a «tirar» elementos da natureza mas, no processo homem-natureza, «põem» igualmente nessa natureza numerosos elementos», pois «a actividade produtora das sociedades consiste tanto na utilização de elementos naturais como na criação de elementos novos» (170). Daí considerar como um mito o esgotamento da natureza.

Considerando que o principal foco das lutas deve ser a produção e não o consumo, atribui ao movimento ecológico um papel mistificador, ao dar azo a movimentos, análogos aos do consumo, que diluem neles indivíduos de classes radicalmente opostos que perdem aí a sua identidade de classe. Por isso «*o inimigo oculto*», por isso um manifesto antiecológico, construído a partir de um ensaio sobre as lutas de classe.

A obra de João Bernardo leva-nos a pôr apenas duas questões de ordem geral, entre muitas pontuais que a sua leitura suscitou. A desvalorização que atribui aos movimentos sociais fora do campo da produção não revelam uma visão «tecnologista», uma crença no «progresso» acrítica, não menos ideológica? Ao não dar conta do valor importante que as lutas sociais no campo da reprodução social, da alteração da vida quotidiana, representam na transformação estrutural do modo de produção capitalista não está a cair numa leitura social de tipo economicista mesmo que de outro sinal?

António Gama